Revista EaD &
tecnologias digitais na educação

Educação inclusiva na escola regular: uma revisão sobre práticas pedagógicas e desafios da formação de professores

Louise Molnar Fedyna (FGD)

https://orcid.org/0009-0006-7937-0152

louise.fedyna428@academico.ufgd.edu.br

Thiago Rafael Mazzarollo (UFGD/UFPR)

https://orcid.org/0000-0002-8542-8553

thiago_mazzarollo@hotmail.com

Resumo: A educação é um direito fundamental de todos, assegurado pela legislação brasileira e pelos princípios da equidade e da inclusão. Sendo assim, a educação especial assume papel essencial ao garantir que estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades tenham acesso a práticas pedagógicas que favoreçam sua plena participação no ambiente escolar. O presente estudo teve como objetivo avaliar, por meio de revisão de literatura, as práticas pedagógicas e metodologias utilizadas na promoção da educação inclusiva, destacando sua eficácia e aplicabilidade no contexto educacional brasileiro. Foram selecionados três estudos publicados entre 2020 e 2025, para compor a revisão de literatura. Os resultados indicam que, embora haja iniciativas de inclusão, a formação inicial e continuada dos docentes ainda apresenta lacunas significativas, prejudicando a aplicação consistente de práticas inclusivas reforçando a necessidade de maior capacitação docente e políticas públicas mais efetivas.

Palavras-chave: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS. FORMAÇÃO DE PROFESSORES. ESCOLA REGULAR.

Abstract: Education is a fundamental right for all, guaranteed by Brazilian legislation and guided by the principles of equity and inclusion. Thus, special education plays an essential role in ensuring that students with disabilities, global developmental disorders, and high abilities have access

to pedagogical practices that promote their full participation in the school environment. The present study aimed to evaluate, through a literature

review, the pedagogical practices and methodologies used to promote inclusive education, highlighting their effectiveness and applicability within the Brazilian educational context. Three studies published between 2020 and 2025 were selected to compose the literature review. The results indicate that, although there are inclusive initiatives, both initial and continuing teacher education still present significant gaps, hindering the consistent implementation of inclusive practices and reinforcing the need for greater teacher training and more effective public policies.

Keywords: PEDAGOGICAL PRACTICES. TEACHER EDUCATION.MAINSTREAM SCHOOL.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigo 205, assegura o direito de acesso à educação pública de qualidade e estabelece que tal direito é um dever do Estado e da Família. Nesse sentido, a educação inclusiva busca educar todas as pessoas no mesmo contexto escolar, independente das condições físicas, intelectuais ou sociais. Ao abordar a temática das pessoas com deficiências (PCD), este direito enfrenta diferentes obstáculos.

Cada estudante possui uma maneira ou estilo de aprendizagem, de modo que alguns aprendem melhor por meio da leitura, pela escrita, ou ouvindo explicações orais, enquanto outros necessitam de práticas que envolvem estímulos visuais e sensoriais. Esse carácter evidencia que cada aluno é um ser individual e o processo de ensino deve ser adaptado para atender as diversidades presentes na sala de aula. Além disso, o público-alvo da educação especial, como pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades e Superdotação, Deficiência Física ou Intelectual, Transtornos Globais do Desenvolvimento, o processo de inclusão se torna ainda mais tardio.

A Organização Pan-Americana da Saúde (2017) , aponta que 1 em cada 160 crianças apresenta diagnóstico de TEA. Mas para além do autismo, a realidade escolar brasileira inclui estudantes com múltiplas deficiências. Portanto, o uso de metodologias ativas é uma ferramenta que auxilia o docente nas práticas de ensino para obter o sucesso no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, os recursos pedagógicos se tornaram ferramenta fundamental para promover a participação e engajamento do estudante.

A presente pesquisa parte do questionamento “Como a educação inclusiva pode ser efetiva no contexto da escola regular?” e “Quais estratégias pedagógicas favorecem a

aprendizagem de todos os estudantes considerando suas singularidades?". Sabe-se que ainda existem lacunas no desenvolvimento da educação inclusiva por falta de profissionais capacitados e adaptações dentro da instituição escolar para o acolhimento desses alunos. Diante deste cenário, é fundamental que existam investigações das diferentes estratégias pedagógicas e como contribuir para a efetiva inclusão.

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é avaliar por meio de revisão de literatura, as práticas pedagógicas e metodologias utilizadas na promoção da educação inclusiva, destacando sua eficácia e aplicabilidade no contexto educacional brasileiro. O objetivo específico consiste em: levantar, por meio de pesquisa bibliográfica, os principais estudos sobre educação inclusiva na escola regular. Descrever as práticas e metodologias identificadas, destacando suas características e fundamentos pedagógicos. Discutir quais estratégias apresentam maior relevância para a aprendizagem e inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial.

Portanto, este estudo busca contribuir a cerca das discussões da educação inclusiva com ênfase na necessidade das práticas pedagógicas efetivas que garantem a qualidade no processo de ensino aprendizagem. Além disso , ao analisar os estudos já produzidos espera-se obter subsídio consistentes para análise crítica das práticas. Sendo assim, a importância de discutir sobre o tema possibilita a compreensão e amplia os entendimentos sobre a temática.

2 BASES TEÓRICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, art.26 evidencia que "todo ser humano tem direito a instrução", (p.04) ou seja, a educação é um direito essencial, sendo imprescindível assegurar uma escola que acolha a diversidade para promover a dignidade humana e a igualdade de oportunidades. A Educação Inclusiva ganha destaque após a década de 1990, com a necessidade de regularização da proposta educacional, juntamente com a ampliação das matrículas no ensino regular. Portanto, Bueno (2004) identifica que a Educação Especial decorre de um esforço da sociedade moderna para integrar os indivíduos à sociedade.

As pessoas com deficiência, por muitos anos, foram escondidas da sociedade, sendo consideradas pessoas "anormais" e como se não pudessem ocupar o mesmo

espaço que os demais. Além disso, apesar das diversas leis vigentes que existem mundialmente e nacionalmente, o contexto revela que ainda existem muitas lacunas para alcançar um ensino regular de qualidade (Lima,2024). Contudo, apesar dos avanços legais, o cenário brasileiro ainda apresenta desafios para a efetivação da inclusão escolar, devido à falta de recursos pedagógicos adequados, ausência de formação docente específica e a barreiras físicas.

> A Escola Inclusiva está afinada com os direitos humanos, porque respeita e valoriza todos (as) os (as) alunos (as), cada um (a) com as suas características individuais. Além disso, é a base da sociedade para todos (grifo da autora), que acolhe os sujeitos e se modifica para garantir que os direitos de todos (as) sejam respeitados (Diniz, 2012, p. 9).

Um contexto histórico revela que a Conferência Mundial de Educação Especial que aconteceu na Espanha entre os dias 7 e 10 de junho de 1994, estabeleceu a Declaração de Salamanca, reconhecida mundialmente e identificada como um dos principais documentos para a Educação Especial. Além do mais, instituiu prioridade aos governos de aprimorarem o sistema educacional para incluírem todos os indivíduos. A Declaração de Salamanca(1994) “estabelece e firma o compromisso da Educação para Todos, identificando a necessidade e urgência do providenciamento de educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino”.

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) n°13.146/2015, tem como objetivo promover os direitos e a inclusão de todas as pessoas com deficiência. Além disso, o Ministério da Educação (MEC), estabelece que em todos os níveis educacionais deve ser disponibilizado o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O Decreto n° 7.611/2011 esclarece que o principal objetivo do atendimento é eliminar as barreiras à escolarização, de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e do desenvolvimento, , altas habilidades e superdotação.

Apesar de existirem legislações e avanços legais, o cenário brasileiro ainda possui lacunas educacionais. A educação é um processo que exige a plasticidade cerebral para que o cérebro se organize em resposta às experiências. O potencial de longa duração é responsável por reforçar as conexões sinápticas no cérebro e constitui o mecanismo-

chave para a formação das memórias e o desenvolvimento das habilidades cognitivas (Bear, et al, 2017).

Compreender a neurobiologia é entender que o uso de metodologias ativas é essencial para uma educação realmente inclusiva. Além do mais, a utilização dessas metodologias desperta a curiosidade, promove o engajamento e fortalece a consolidação da aprendizagem. No entanto, o professor deve planejar adaptar suas práticas pedagógicas para dar o aluno a oportunidade de crescer e aprender sem deficiência (Pereira, 2022). Portanto, para que o processo ocorra é necessário a adaptação de conceitos e práticas pedagógicas, bem como da adaptação das atividades para casa, trabalhos individuais e coletivos e da rotina do aluno (Magalhães,2017).

O uso de ferramentas visuais por meio das plataformas digitais como Canva ou PhET, DUA cria um campo lúdico e facilitam a compreensão de conteúdos abstratos (Gonçalves,2024). O Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), foi desenvolvido pelos pesquisadores do Center for Applied Spe cial Technology (CAST) e apoiado pelo Departamento de Educação dos Estados Unidos, em 1999, em Massachusetts (Cast udl, 2006). É um modelo pedagógico que visa criar ambientes mais inclusivos, sendo assim, possui como objetivo, auxiliar os educadores e demais profissionais a adotarem modos de ensino aprendizagem adequados, escolhendo e desenvolvendo materiais e métodos eficientes, de forma que seja elaborado para avaliar o progresso de todos os estudantes (Zerbato, 2018).

Embora o Plano Nacional De Educação (PNE,2014) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI,2015), possuam estratégias e criem condições que favoreçam a equidade, o cenário brasileiro ainda apresenta limitações, isso se deve pelo fato, das regiões possuírem desigualdades e falta de acompanhamento de políticas públicas. A PNE, possui 18 objetivos, 58 metas e 252 estratégias que estão categorizados em oito temáticas de acordo com o MEC, para alcançar as todos os níveis educacionais. Porém, ainda assim, apresenta desafios para alcançar as metas, entre os principais desafios estão a insuficiência na formação docente, a carência de recursos pedagógicos e tecnológicos, infraestrutura adequada para promover as diversas formas de ensino aprendizagem.

Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) orienta que os estudantes público-alvo da educação especial devem ser atendidos nas classes comuns do ensino regular, com suporte especializado

quando necessário. Entretanto, a efetivação dessas diretrizes ainda apresenta lacunas, especialmente relacionadas à formação continuada dos professores e às condições materiais para implementação das práticas inclusivas.

A utilização destes recursos possibilita que o estudante participe de forma ativa durante as aulas, respeitando o ritmo cognitivo. Nesse sentido, torna-se necessário investigar por meio da revisão de literatura, as práticas pedagógicas que possuem maior relevância eficácia cientificamente.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Inicialmente a revisão foi feita em três bibliotecas digitais: Portal periódico CAPES, Scielo e Google Acadêmico. Para isso, foram utilizadas as palavras-chave “práticas pedagógicas” “formação de professores” e “escola regular”, com o operador E, além disso, foi adotado o período de 2020 a 2025 , com preferência em estudos em português. Foram utilizadas como critério de exclusão os artigos que se tratavam apenas de uma deficiência específica, artigos duplicados nas bases e publicações sem acesso aos textos completos.

O Quadro 1 evidência o processo de investigação dos dados da pesquisa:

Quadro 1 - Resultados do processo de investigação

BASES DE DADOS	RESULTADOS
Portal Periódico CAPES	0
Scielo	0
Google Acadêmico	15.300

Fonte: Autoria própria, 2025.

Após a triagem inicial, foram encontrados 15.300 artigos nas plataformas digitais Portal Periódico CAPES, Scielo e Google Acadêmico. A partir da leitura dos títulos, resumos e da aplicação dos critérios de exclusão, que descartaram artigos duplicados, sem acesso ao texto completo ou que tratavam de uma deficiência específica, foram selecionadas três pesquisas para análise. Neste estudo, serão examinados os principais aspectos de cada artigo, sendo eles, objetivos, metodologia, participantes, resultados e contribuições, com o objetivo de compreender como cada pesquisa aborda a formação docente e a implementação de práticas pedagógicas inclusivas no ensino regular. Para garantir rigor na análise, realizou-se uma comparação sistemática entre os estudos, identificando pontos de convergência e divergência.

Cada artigo será apresentado em quadro detalhado de suas características, conforme o Quadro 1, evidenciando os elementos essenciais da investigação e permitindo uma análise comparativa consistente. Dessa forma, a metodologia adotada assegura que os resultados discutidos reflitam as práticas pedagógicas inclusivas em diferentes contextos e perspectivas metodológicas.

Quadro 2 - Análise dos artigos selecionados

Parâmetros analisados	Questionamentos
Identificação	Qual o título do artigo?
	Quem são os autores?
	Ano de publicação?
	Onde foi publicado (periódico, evento)?
Objetivo do estudo	Qual é a pergunta ou objetivo central do artigo?
Tipo de pesquisa	O estudo é teórico, empírico, revisão, estudo de caso, intervenção, etc.?
Metodologia utilizada	Que método foi adotado (qualitativo, quantitativo, misto)?
	Houve uso de **metodologias ativas**? Se sim, quais (ex.: aprendizagem baseada em projetos, sala invertida, rodas de conversa, etc.)?
Participantes	Quem participou da pesquisa (professores, alunos, gestores)? Quantos?
Contexto	Em que nível de ensino ocorreu a pesquisa (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, Superior)?
Resultados	Quais foram os principais resultados relatados?
Aceitação dos estudantes	Quais metodologias mostraram maior engajamento ou aceitação?
Limitações apontadas	O artigo reconhece limitações ou desafios? Quais?
Contribuições	Que contribuições o estudo traz para práticas pedagógicas inclusivas e formação docente?
Palavras-chave	Quais palavras-chave estão associadas ao artigo?

Fonte: autoria própria,2025

4. EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS E O PAPEL DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Diversos estudos têm investigado a aplicação das metodologias no contexto da educação inclusiva. As evidências encontradas indicam que as adaptações contribuem significativamente para a aprendizagem, socialização e autonomia destes estudantes.

Quadro 3 - Comparativo dos artigos selecionados

Parâmetros analisados	Artigo 1	Artigo 2	Artigo 3
Título	Formação inicial e continuada de professores	Educação inclusiva: das percepções de	Práticas pedagógicas inclusivas no ensino

	de ciências para a inclusão: desafios e perspectivas	profissionais da educação a um curso de formação continuada	regular em colaboração com a educação especial
Autores	Stéfane da Silva Viviane Borges Dias	Ana Paula Ferreira de Lima1, Gilvan Silva Caldeiras2, Gabriela Cândida Araújo Campos3, Rita Rodrigues de Souza4	Isnary Silva Betania Jacob Stange Lopes Silvia Quadros
Ano de publicação	2025	2025	2024
Periódico/Eventos	Revista Internacional de Pesquisa em Didática das Ciências e Matemática (RevIn)	Revista Ensino & Pesquisa	Revista Educação Especial Santa Maria
Objetivo do estudo	Investigar as concepções de professores de Ciências dos anos finais do ensino fundamental, de um município do sul da Bahia, sobre seus processos formativos, considerando as possíveis discussões sobre inclusão.	Apresentar a percepção de professores de atendimento educacional especializado (AEE), professores de apoio, profissionais de educação física, coordenadores pedagógicos e gestores da rede municipal de educação de Iporá-GO em relação à educação inclusiva .	analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do ensino regular em colaboração com os professores da educação especial, práticas essas consideradas inclusivas e que contribuem para a qualidade no processo de aprendizagem do aluno público-alvo da educação especial.
Tipo de pesquisa (teórico, empírico, revisão, etc.)	Empírico	Teórica	Exploratória
Metodologia utilizada (qualitativa, quantitativa, mista)	Qualitativa (questionário, entrevista semiestruturada e análise documental)	Pesquisa bibliográfica e pesquisa exploratória	Qualitativa (pesquisa bibliográfica e documental com a aplicação de questionários)
Uso de metodologias ativas (quais?)	O artigo não abordou	O artigo não abordou	O artigo abordou metodologias que os professores utilizam nas práticas inclusivas
Participantes (quem e quantos)	Foram mapeados quatorze docentes que atuam em quatro escolas de Anos Finais do Ensino Fundamental do referido município e lecionam para estudantes em situação de inclusão, destes, onze participaram da pesquisa.	Professores de atendimento educacional especializado (AEE), professores de apoio, profissionais de educação física, coordenadores pedagógicos e gestores da rede municipal	15 professores que atuam no ensino regular do ensino fundamental anos iniciais e 22 professores da educação especial da rede municipal de ensino da região metropolitana de Campinas/SP
Contexto (nível de ensino, região, modalidade)	Nível de ensino fundamental	Nível de ensino : educação infantil e ensino fundamental I	Nível de ensino : ensino fundamental I e ensino educação especial
Principais resultados	Os professores indicaram que não tiveram disciplinas de educação especial	O produto final do artigo resume no curso de capacitação em educação	Os seis documentos internacionais analisados pautaram a

	durante a formação. Seis professores tiveram disciplinas que abordaram Educação Inclusiva e cinco não tiveram durante a graduação.	inclusiva e prática pedagógica	Aprendizagem Centrado no Aluno (ACA), sendo o único que aparece em todas as normativas. Foram analisadas nve documentos nacionais que foram publicados posteriormente a redemocratização de 1988, constatou-se que o indicador diversidade está presente em todas as normativas. Posteriormente foi analisados cinco documentos municipais para a obtenção dos resultods e constatou-se que as práticas pedagógicas inclusivas estão presentes nos respectivos documentos.
Limitações reconhecidas	Falta de formação/preparação com a Educação Inclusiva é o principal pontos que os entrevistados levantam. Ainda assim, indicam que essa falta leva a dificuldades na elaboração de práticas e adaptações pedagógicas. Falta de cursos ofertados pelo município para contibuir com a formação docente.	Falta de formação continuada para os professores, profissionais do atendimento especializado a cerca da educação inclusiva	Os professores possuem um entendimento equivocado de praticas pedagógicas inclusivas pela falta de capacitação
Contribuições para a prática docente	Propõem o aperfeiçoamento da formação continuada com foco em inclusão e práticas reflexivas.	O produto final foi o curso de capacitação em educação inclusiva e prática pedagógica que se mostrou replicável e valorizado pelos participantes.	Indica que há necessidade do entendimento de práticas pedagógicas inclusivas e que ao longo do tempo elas vão se consolidando
Palavras-chave	Educação Inclusiva. Ensino de Ciências. Formação Docente	Educação inclusiva, formação continuada, produto educacional.	Práticas pedagógicas inclusivas; Educação especial; Inclusão escolar.

Fonte: autoria própria,2025.

Após a análise dos artigos, fica evidente que ainda existe o desafio educacional, principalmente na implementação de práticas pedagógicas inclusivas. O Censo Educacional Brasileiro (2001 a 2019) indica que as matrícula de alunos especiais nas escolas regulares vem aumentado expressivamente, porém o acesso não indica a

permanência do estudante, tampouco o aprendizado (Lanutti e Mantoan, 2018). Sendo assim, o crescimento da matrícula destes alunos indicam que está havendo mudanças para a inclusão. Além disso, se faz necessário reformulação nas políticas públicas voltadas para a formação dos profissionais, visto que necessitam estar preparados para exercer a profissão da melhor forma.

O artigo de Silva e Dias (2025), destaca em uma das entrevistas, que a entrevistada (P2) relatou "com a chegada de uma aluna com Síndrome de Down os colegas não queriam a aluna na turma". Com esse relato é possível observar que a teoria e a prática conhecida como práxis, precisam estar alinhadas e caminharem juntas para a formação docente ser eficaz, visto que, muitos professores relatam que não tiveram nenhuma ou apenas uma disciplina que abordou a temática de forma superficial e, na prática tiveram dificuldades de adaptarem suas práticas para os alunos.

O estudo supracitado ainda demonstra que a maioria dos professores de Ciências dos anos finais do ensino fundamental não teve disciplinas voltadas à educação especial durante a formação inicial, sendo que apenas seis participantes tiveram algum contato superficial com a temática de inclusão. Essa lacuna formativa dificulta a elaboração de adaptações pedagógicas adequadas, evidenciando a necessidade de aperfeiçoamento da formação continuada e de práticas reflexivas que possam consolidar a práxis docente. Além disso, Pimental (2012), afirma necessário a formação continuada para dar base e possibilitar discussões.

Dessa forma , Lima et al. (2025) apontam que a percepção dos professores e demais profissionais da educação sobre a inclusão é positiva, porém, a efetivação depende diretamente da oferta de cursos de capacitação continuada. Com base nisso, o artigo abordou como o produto final apresentado a iniciativa que é possível de ser replicada e é valorizada pelos participantes, reforçando a importância da formação contínua para a prática inclusiva. Dessa maneira, as autoras Dias e Silva (2020) afirmam que a "ausência de disciplinas que abordem a Educação Inclusiva nas universidades impossibilitam e reforçam a exclusão e a justificativa dos professores de não serem formados para atuar na educação das pessoas com deficiência". Contudo, os alunos com deficiência estão presentes nas escolas regulares e a formação continuada dos professores é fundamental para a permanência e continuação da formação discente.

No estudo de Silva, Lopes e Quadros (2024), a análise de documentos internacionais, nacionais e municipais evidencia que a Aprendizagem Centrada no Aluno (ACA) e o princípio da diversidade são recorrentes nas normativas educacionais. No entanto, os autores aplicaram um questionário que estão descritos no “quadro 3” e após a análise reconheceram que, as práticas indicadas como inclusivas eram: atividades em grupos, atividades adaptadas, brincadeiras oportunizando a participação de todos, entre outros. Com isso, apesar dos professores indicarem a utilização de práticas inclusivas, muitas delas divergem do conceito formal de inclusão, destacando a necessidade de maior compreensão teórica e prática sobre o tema.

Em síntese, a triangulação dos dados aponta que as práticas pedagógicas inclusivas se consolidam quando articulam teoria e prática (práxis), sendo imprescindível a formação inicial e continuada dos docentes. As adaptações metodológicas aplicadas de maneira planejada e fundamentada pedagogicamente favorecem a aprendizagem e a inclusão dos estudantes com deficiência, mas ainda há desafios significativos relacionados à preparação docente, à compreensão conceitual da inclusão e à efetividade das políticas públicas educacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou que, embora a educação inclusiva no Brasil tenha avançado significamente, ainda enfrenta desafios quanto à implementação efetiva das práticas pedagógicas inclusivas. A análise dos estudos revisados demonstrou que a formação inicial e continuada dos docentes apresenta lacunas importantes, o que dificulta a aplicação consistente de estratégias inclusivas e a adaptação das atividades pedagógicas às necessidades dos estudantes. A articulação entre teoria e prática, conhecida como práxis, mostrou-se essencial para que as metodologias sejam eficazes, garantindo segurança aos educadores.

As implicações práticas desse estudo reforçam a importância da capacitação contínua dos docentes, do planejamento pedagógico que considere diferentes estilos de aprendizagem e do uso sistemático de recursos pedagógicos e tecnológicos. Sendo assim, a aplicação de metodologias ativas como o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e plataformas digitais,bpossibilitam a participação ativa de todos os estudantes. Torna-se evidente, que é imprescindível criar condições para que essas práticas sejam aplicadas de

forma consistente, garantindo que os alunos com deficiência tenham suas necessidades atendidas e possam desenvolver autonomia, engajamento e aprendizado efetivo.

Contudo, destaca-se que a maioria dos estudos analisados possui caráter predominantemente descritivo, com poucas investigações aplicadas e limitada avaliação das práticas inclusivas, o que restringe a generalização dos resultados. Recomenda-se que políticas educacionais ampliem programas de formação continuada, garantam recursos pedagógicos acessíveis e assegurem acompanhamento técnico às escolas para apoiar o trabalho docente. Sugere-se ainda que futuras pesquisas investiguem os impactos de metodologias inclusivas em diferentes contextos escolares, analisem intervenções práticas e considerem realidades regionais distintas, contribuindo para o aprimoramento da prática pedagógica e da gestão educacional.

Por fim, a educação inclusiva requer a integração efetiva entre teoria, prática pedagógica e políticas públicas, destacando a importância da formação docente contínua e da utilização de estratégias e recursos pedagógicos planejados, com vistas a promover a aprendizagem e a inclusão plena de todos os estudantes na escola regular.

REFERÊNCIAS

BEAR, M. F.; CONNORS, B. W.; PARADISO, M. A. **Neurociências**: Desvendando o Sistema Nervoso. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, 17 nov. 2011. Disponível em: Planalto. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, 7 jul. 2015. Disponível em: Planalto. Acesso em: 6 set. 2025.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial brasileira**: integração/segregação do aluno diferente. 2. ed. São Paulo: PUC/SP-EDUC, 2004.

CAST UDL. 2006. Learn About Universal Design for Learning (UDL). Disponível em: http://bookbuilder.cast.org/learn.php. Acesso em: 30 de set de 2025.

Declaração de Salamanca. Brasília, DF. Unesco. 1994.

DE LIMA, Ana Paula Ferreira et al. Educação inclusiva: das percepções de profissionais da educação a um curso de formação continuada. **Ensino & Pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 118-132, 2025.

DIAS, Viviane Borges; SILVA, Luciene Maria da. Educação inclusiva e formação de professores:o que revelam os currículos dos cursos de licenciatura? Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 16, n.43, p.406-429, Edição Especial, 2020. DOI:https://doi.org/10.224841/rpe.v16i43.6822. Acesso em: 08 de out. De 2025.

DINIZ, M. Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: avanços e desafios. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

GONCALVES, João Paulo De Melo; DO ROCIO CORDEIRO, Gisele. Neurobiologia e dificuldades de aprendizagem: implicações para práticas de ensino para alunos com TEA e dislexia. **Caderno Intersaberes**, v. 13, n. 46, p. 78-90, 2024.

LANUTTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ressignificar o Ensino e a Aprendizagem a partir da Filosofia da Diferença**. Polyphōnia, Chile, v. 2, n. 1, p. 119–129, 2018. Disponível em: http://oaji.net/articles/2019/7171-1554010711.pdf. Acesso em: 8 out. 2025.

LIMA -Rodrigues, Luzia.Políticas públicas e formação continuada de professores para educação inclusiva [livro eletrônico] / [Luzia Lima-Rodrigues, David Rodrigues;organização Instituto Alana Foundation; tradução Andrea Marques, Rodrigo Leite]. --1 ed. -- São Paulo: instituto Alana,2024.

MAGALHÃES, Célia de Jesus Silva et al.Práticas inclusivas de alunos com tea: principais dificuldades na voz do professor e mediador. Revista on line de Política e Gestão

Educacional, Araraquara, v. 21, n. esp. 02, p. 1031-1047, nov. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v21.n.esp2.2017.10386>. E-ISSN:1519-9029.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (ou OPAS). *Transtorno do espectro autista*. Disponível em: OPAS/OMS. Acesso em: 5 set. 2025.

PEREIRA, Jhenifer Fernanda Rodrigues Ferreira. Inclusive Education: Inclusive Education in teaching learning in regular school. Twenty-seven sheets. Course Completion Work (Graduation in Pedagogy) - Faculdade Anhanguera, Piracicaba, 2022.

PIMENTEL, Susana Couto. Acessibilidade curricular UFRB: repercussões para o ensino de ciências. In: MACHADO, M; SIQUEIRA, M. (org). **Inclusão escolar e o ensino de ciências na Bahia, perspetivas em diferentes contextos e abordagens**. São Paulo: CRV,2019.

SILVA, Stéfane; DIAS, Viviane Borges. Formação inicial e continuada de professores de ciências para a inclusão: desafios e perspectivas. Revista Internacional de Pesquisa em Didática das Ciências e Matemática, p. e025007-e025007, 2025.

SILVA, Isnary; LOPES, Betania Jacob Stange; QUADROS, Silvia. Práticas pedagógicas inclusivas no ensino regular em colaboração com a educação especial. **Revista Educação Especial**, p. e17/1-32, 2024.

UNICEF. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em:https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 10 set. 2025.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Educação Unisinos**, v. 22, n. 2, p. 147-155, 2018.